

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DAS MISSÕES
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2017
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

Edital de Tomada de Preços para a contratação de empresa para a prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento e transporte de material, para a execução do projeto que visa o Recapeamento Asfáltico CBUQ em diversas ruas da cidade, no Município de São Paulo das Missões, RS, conforme projetos em anexo ao edital.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DAS MISSÕES, Sr^a Noeli Maria Borré Ruwer, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, de 07 de agosto de 2014, torna público, para o conhecimento dos interessados, **que às 09:00 (nove horas), do dia 17 (dezessete) de março do ano de 2017**, na Sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de São Paulo das Missões, RS, localizada na Rua Independência, n.º 536, se reunirá a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 076/2017, com a finalidade de receber os documentos de habilitação e propostas para contratação de empresa para a prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento e transporte de material, para a execução do projeto que visa o recapeamento asfáltico CBUQ em diversas ruas da cidade, no Município de São Paulo das Missões, RS.

Poderão participar as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas no Município de São Paulo das Missões, ou que apresentarem toda a documentação necessária para o cadastro, conforme item 2 desse edital, **até o terceiro dia anterior** ao fixado para o recebimento dos envelopes de habilitação e proposta.

1. OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para a prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento e transporte de material, para a execução do projeto que visa o recapeamento asfáltico CBUQ em diversas ruas da cidade, no Município de São Paulo das Missões, RS, conforme Projetos, anexos ao edital e ruas a seguir descritas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (m²)	VALOR MÁXIMO
01	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre Asfalto na Avenida do Comércio, trecho da Rua Independência até 3,00 m antes da Rua São José	5.771,68	R\$ 199.148,16
02	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre Asfalto na Avenida do Comércio, trecho passando 7,00 m da Rua Barão do Rio Branco, subindo 242,50 metros para o Sul.	3.677,00	R\$ 148.657,55
03	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre Asfalto na Rua São Francisco, trecho da Rua São Lourenço até a Rua 06 de Maio.	4.117,03	R\$ 141.763,64
04	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre Asfalto na Rua Gustavo Langsh, trecho da Rua São Lourenço até a Rua Independência.	607,72	R\$ 20.514,41
05	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre Asfalto na Rua do Rosário, trecho da Rua São Lourenço até a Rua Independência.	701,27	R\$ 23.634,63
06	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre Asfalto na Rua Independência, trecho da Avenida do Comércio até pouco antes da Rua do Rosário.	861,86	R\$ 29.403,78
07	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre asfalto na Rua São Lourenço, trecho da Avenida do Comércio e Rua do Rosário.	1.212,00	R\$ 37.053,68
08	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre asfalto na Rua São Lourenço, trecho da Rua do Rosário e Rua São Francisco.	3.150,00	R\$ 95.352,71
09	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre asfalto na Rua São Lourenço, trecho da Rua São Francisco e Avenida Santo Ernesto.	1.836,00	R\$ 103.279,00
10	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre asfalto na Rua São Lourenço	140,00	R\$ 5.271,59
VALOR GLOBAL MÁXIMO			R\$ 804.079,15

2. CADASTRO

2.1 Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar, em horário de expediente da Prefeitura Municipal, **até o terceiro dia anterior** ao fixado para o recebimento dos envelopes de habilitação e proposta, os seguintes documentos:

2.1.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.1.3 REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

c) prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa), bem como prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS).

d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

f) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

2.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA E DO TRABALHO DO MENOR:

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

b) declaração, conforme o modelo instituído pelo Decreto Federal nº 4.358/2002, que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, que versa sobre a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

2.1.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) certidão de registro na entidade profissional competente, da empresa e do profissional responsável;

b) comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado for-

necido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente;

c) comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto ora licitado. A comprovação será realizada através da apresentação da Carteira ou Contrato de Trabalho.

d) atestado fornecido pelo Departamento Técnico da Prefeitura Municipal/Setor de Engenharia Civil, de que o representante legal da empresa, visitou o local das obras devidamente acompanhado por servidor do Município de SÃO PAULO DAS MISSÕES.

OBS: Os interessados através de seu responsável técnico deverão agendar previamente à licitação, até a data do cadastro, a vistoria ao local das obras, a ser efetuada com o acompanhamento de Engenheiro Civil da Prefeitura de São Paulo das Missões, e este emitirá o atestado de visita.

e) fornecimento, pelo licitante, da relação de equipamentos, de instalações e de pessoal disponível para execução das obras.

f) declaração elaborada em papel timbrado do licitante e subscrita pelo representante legal, assegurando que o mesmo atende as normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo Único, artigo 117 da Constituição Estadual).

g) Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de Recursos Ambientais da Usina de produção da massa asfáltica;

h) Licença Ambiental de Operação da Usina Asfáltica;

i) Licença Ambiental de Operação do local de origem da extração das pedras;

OBSERVAÇÃO: Caso ao material empregado na obra não seja fabricado pela própria empresa (massa asfáltica e pedras), deverá apresentar o contrato com o fornecedor do material com assinatura devidamente reconhecida em cartório.

2.1.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

a.1) é vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

b) Declaração assinada por contador comprovando que a empresa possui capital social mínimo ou patrimônio líquido, em valor de no mínimo 10(dez) % do valor estimado da contratação, conforme § 3º do art. 31 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90(noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

2.2 Os documentos constantes dos itens 2.1.2 a 2.1.6, poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos emitidos em meio eletrônico, com o uso de certificação digital, serão tidos como originais, estando sua validade condicionada a verificação de autenticidade pela Administração.

3. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

3.1 Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidos pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente como de nº 1 e nº 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DAS MISSÕES
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2017
ENVELOPE N.º 01 – HABILITAÇÃO (DOCUMENTAÇÃO)
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

**AO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DAS MISSÕES
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2017
ENVELOPE N.º 02 – PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

3.2 Cada envelope deverá conter a documentação e as informações necessárias ao processamento e julgamento regular da presente licitação, pertinentes as fases de habilitação e de proposta, observando, respectivamente, as determinações constantes nos itens 3, 4 e 5 do presente edital.

3.3 Para participar da Licitação, é condição que a empresa seja idônea e presente no momento da abertura da Licitação, fora dos envelopes, declaração de que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Muni-

pal e do Distrito Federal, em razão da disposição contida na norma do Art 97 da Lei 8.666/93, que dispõe ser crime admitir à Licitação ou celebrar Contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo.

4. HABILITAÇÃO

4.1 Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope n.º 01:

a) Certificado de Registro Cadastral – CRC atualizado, fornecido pelo Município de São Paulo das Missões.

4.2 Se o Certificado de Registro Cadastral - CRC do licitante estiver dentro do prazo de validade, mas houver vencido alguma das certidões previstas nos itens 2.1.3 e 2.1.4, deverá apresentar, juntamente ao CRC, a correspondente certidão atualizada, exceto para quem utiliza os benefícios da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

4.3 Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração ou carta de credenciamento, outorgando poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

4.4 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos **art. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, de 07 de agosto de 2014, deverá apresentar, no envelope de habilitação, declaração** de que se enquadra como microempresa, micro empreendedor individual ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

4.5 As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e no art. 34, da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração firmada por contador ou representante legal, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como beneficiária, além de todos os documentos previstos neste edital.

4.6 A microempresa, micro empreendedor individual e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 4.4, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 2.1.3 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5(cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

4.7 O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, o micro empreendedor individual, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, no envelope nº 01, ainda que apresentem alguma restrição.

4.8 O prazo de que trata o item 4.6 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

4.9 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 4.6, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5. PROPOSTA

5.1 O envelope nº 02 deverá conter:

a) proposta financeira, rubricada em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa.

a1) o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data aprazada para a entrega dos envelopes, sendo que se este não constar, considerar-se-á como tendo tal validade;

a2) quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

b) planilhas de orçamento discriminado em preços unitários e globais, cronograma físico financeiro e planilha de composição do BDI, expressos em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com material, mão-de-obra, inclusive o BDI – Benefícios e Despesas Indiretas (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc.); encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas.

6. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

6.1 Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, ou seja, **somente serão aceitas as propostas cujo preço global não exceda o limite estimado/admitido de R\$ 804.079,15(oitocentos e quatro mil setenta e nove reais e quinze centavos).**

7. JULGAMENTO

7.1 Esta licitação é do tipo menor preço e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o menor preço global para a execução dos serviços licitados.

8. CRITÉRIO DE DESEMPATE

8.1 Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, micro empreendedores individuais, empresas de pequeno porte e cooperativas que atenderem aos itens 4.4 e 4.5, deste edital.

8.2 Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

8.3 A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

8.4 Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, o micro empreendedor individual, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02(dois) dias, nova proposta, por escrito e de acordo com o item 5 desse edital, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, o micro empreendedor individual, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, micro empreendedores individuais, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem nas hipóteses dos itens 4.4 e 4.5 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e forma prevista na alínea "a".

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou micro empreendedores individuais e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

8.5 Se nenhuma microempresa, micro empreendedor individual, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 8.4 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

8.6 O disposto nos itens 8.4 e 8.5 deste edital, não se aplicam às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, micro empreendedor individual, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências dos itens 4.4 e 4.5 deste edital), aplicando-se de imediato o item 8.7, se for o caso.

8.7 As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o disposto no §2º do art. 3º e §2º do art. 45, nesta ordem, ambos da Lei nº 8.666/1993.

9. RECURSOS

9.1 Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

9.2 O prazo para interposição de recurso relativo às decisões da Comissão de Licitação, ao julgamento da habilitação e da proposta, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão objeto do recurso.

9.3 Os recursos, que serão dirigidos à Comissão de Licitação, deverão ser protocolados em original, dentro do prazo previsto no item 9.2, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente.

9.4 Havendo a interposição tempestiva de recurso, os demais licitantes serão comunicados para que, querendo, apresentem contra-razões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis e na forma prevista no item 9.3.

9.5 Não serão aceitos recursos ou contrarrazões apresentados fora do prazo ou enviados por e-mail ou por qualquer outro meio além do previsto no item 9.3.

9.6 Decorrido o prazo para a apresentação das razões e contrarrazões de recurso, a Comissão de Licitação poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los à Prefeita, acompanhado dos autos da licitação, do relatório dos fatos objeto do recurso e das razões da sua decisão.

9.7 A decisão da Prefeita, a ser proferida nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes ao recebimento do relatório e das razões de decidir da Comissão de Licitação, é irrecorrível.

9.8 Os prazos previstos nos itens 9.6 e 9.7 poderão ser prorrogados, a critério da Administração, sempre que for necessário para o adequado julgamento do recursos, como, por exemplo, para a realização de diligências. A prorrogação deverá ser devidamente justificada nos autos da licitação.

10. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o vencedor para assinar o contrato. A empresa vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias, a partir da convocação para formalizar a assinatura do contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital.

10.2 Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então revogará a licitação.

10.3 O prazo de que trata o item 10.1 poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.4 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração com a devida justificativa e, com a anuência da contratada, nos termos da Lei nº 8.666/1993, sendo o prazo de execução de cada trajeto será de 03 (três) meses a contar da ordem de início emitida pela Administração Municipal. A ordem de início das obras poderá ser efetuada a qualquer tempo, de acordo com cada trajeto, durante o prazo de vigência do contrato.

10.5 É condição para assinatura do contrato que a licitante vencedora apresente:

a) certidão negativa de débitos com o Município de São Paulo das Missões.

10.6 **Previamente à assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar também, garantia, numa das modalidades previstas no art. 56, §1º, incisos I, II e III, da Lei nº 8.666/1993, correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.** No caso de a contratada optar pela opção de Fiança Bancária ou Seguro Garantia e a Instituição Financeira ou Seguradora exigir o Contrato Administrativo, a Contratada deverá apresentar Declaração da Garantia, assinada pelo representante legal da empresa e terá prazo de 15(quinze) dias úteis para apresentação da mesma. Caso a garantia não seja apresentada no prazo previsto, ensejará a aplicação das penalidades previstas em lei.

10.7 A garantia apresentada será restituída após o recebimento definitivo da obra e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

10.8 Por motivo técnico e havendo recurso orçamentário, o Município poderá aditar o contrato, obedecendo a Lei nº 8.666/93, e mantidas as condições da proposta inicial, **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) para mais ou para menos**, ao que estão obrigados a aceitar os licitantes vencedores sob pena de ser considerado descumprimento contratual o não-atendimento ao aditivo.

10.09 Do contrato a ser assinado com o vencedor desta licitação constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55 e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada nos arts, 77 a 79, todos da Lei nº 8.666/93.

10.10 O Município não responderá por indenizações oriundas de danos causados a terceiros por culpa ou dolo da contratada, quando na execução da obra de que trata este edital.

10.11 A empresa vencedora da licitação se obriga a executar os serviços rigorosamente de acordo com as Normas Brasileiras, especificações, projetos arquitetônicos, estruturais, instalações e detalhes, **dando andamento aos serviços de modo a permitir que sejam cumpridos, rigorosa e integralmente, o cronograma e o prazo de entrega da obra**, e apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica–ART, referente a execução da obra.

10.12 Caberá ao licitante participante da licitação, a vistoria prévia ao local das obras, verificando as dificuldades de serviços. Caberá também a ela um exame completo de todas as plantas e especificações. As possíveis dúvidas e discordâncias entre especificações, orçamento e projetos, que possam surgir, deverão ser esclarecidos junto à Secretaria Geral de Gestão Pública. Estas verificações deverão ser feitas antes da apresentação da Proposta, pois não serão aceitas alterações nos preços em consequência dessas eventuais discordâncias ou dificuldades locais. O licitante vencedor será o único responsável pela execução posterior de detalhes defeituosos ou errados, estando ciente de que no momento em que apresentar a proposta estará concordando com todos os termos do Edital e seus anexos.

10.13 Caberá ao vencedor da Licitação, conservar o equipamento mecânico, ferramentas e demais instrumentos necessários às obras e serviços que lhe forem confiados, contratar mão-de-obra idônea e suficiente, obter e empregar materiais de primeira qualidade para conclusão das obras no prazo fixado.

10.14 Todas as modificações que alterem substancialmente o projeto arquitetônico, estrutural e instalações, somente serão admitidas com autorização prévia e expressa dos autores dos projetos.

10.15 A direção da obra caberá a profissional habilitado, na forma da legislação vigente sobre tributos, trabalho, previdência social, acidentes do trabalho e demais contribuições, já que, por cujos encargos, responde unilateralmente, em toda a sua plenitude. Todos os trabalhadores da obra deverão obrigatoriamente usar o equipamento individual de segurança, durante todo o tempo de permanência da obra, ficando a fiscalização a cargo da contratada.

10.16 A contratada ficará obrigada a observar todas as leis, regulamentos e posturas, referentes a obra e segurança pública.

10.17 A contratada manterá no canteiro um “Diário de Obra”, onde serão lançados diariamente todos os trabalhos desenvolvidos e fatos dignos de registro. O livro será rubricado diariamente na obra pelo profissional habilitado da empresa. Somente serão computados a favor da empresa os dias em que, por motivo de força maior, for necessária a suspensão dos trabalhos, se no “Diário de Obra” constar em cada um desses dias, termos lavrados e assinados pelo fiscal e profissional da empresa.

10.18 **A contratada deverá tomar providências para a retirada periódica dos entulhos, além da limpeza regular e final da obra.**

10.19 Todos os materiais a serem utilizados deverão ser de primeira qualidade.

10.20 A empresa vencedora da licitação da execução da obra deverá, se cabível e exigível pela legislação vigente, providenciar junto a Prefeitura Municipal o licenciamento da obra, matricular a obra no INSS e registrá-la no órgão competente ao objeto, anexar o memorial descritivo e documentação necessária ao licenciamento.

10.21 A Secretaria Municipal de Obras e Trânsito ou Comissão designada através de Portaria, fiscalizará a execução da obra, podendo sustar os pagamentos, no todo ou em parte, se os serviços estiverem em desacordo com as condições técnicas exigidas.

10.22 A vigilância do local da obra será de inteira responsabilidade da contratada.

10.23 Quaisquer danos decorrentes da execução dos serviços serão de inteira responsabilidade da contratada, que deverá providenciar o reparo imediato.

10.24 Serão impugnados pelo órgão técnico competente, todos os trabalhos que não estiverem de acordo com os projetos e respectivas especificações. Ficará a contratada, obrigada a demolir e refazer todos os trabalhos impugnados, logo após o reconhecimento da notificação correspondente, ficando por sua conta inclusive as despesas decorrentes dessas providências.

10.25 Qualquer divergência entre os projetos ou dúvidas que por ventura houver, será dirimida pelo responsável técnico da obra e contratante.

10.26 As disposições e dimensões de todos os elementos serão as indicadas no projeto, salvo alterações que venham a ser necessárias, para satisfazer as exigências dos poderes públicos.

10.27 A contratada ficará responsável pelas indenizações, reparos, reposições, reconstrução ou qualquer dano que venham a sofrer as propriedades vizinhas, veículos ou pessoas, motivadas pela execução da obra.

10.28 As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pela falta ou descumprimento das disposições legais que regem a execução das obras, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo, para tanto, serem previstas a obtenção de licenças diversas, registros, impostos e taxas, serviços auxiliares e ligações provisórias.

10.29 **Fica expressamente vedada a subcontratação dos serviços licitados, sob pena de rescisão unilateral do contrato.**

11. PENALIDADES

- 11.1** deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- 11.2** manter comportamento inadequado durante a licitação: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;
- 11.3** deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar) ou deixar de apresentar documentação exigida para contratação: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- 11.4** inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- 11.5** inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- 11.6** causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.
- 11.7** quando houver atraso injustificado na entrega do material por culpa da contratada, a multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total contratado.
- 11.8** quando não corrigir deficiência ou não trocar a mercadoria quando solicitados pelo Contratante, será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado.
- 11.9** Identificados documentos ou informações falsas na instrução do procedimento licitatório, será aplicada a pena de declaração de inidoneidade pelo prazo de 02 (dois) anos.
- 11.10** As multas serão calculadas sobre o valor do contrato.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1** O pagamento será efetuado de forma parcelada por trajeto, ocorrendo em 03(três) parcelas no prazo de 90 (noventa) dias após a conclusão da obra de cada trajeto, mediante apresentação da nota fiscal fatura acompanhada da planilha de medição, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal de Obras e Trânsito.
- 12.2** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.
- 12.3** Serão processadas as retenções previdenciárias e as retenções municipais cabíveis nos termos da lei que regula a matéria.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

1.024 – Reforma e Ampliação, Pavimentação Asfáltica/CIDE

(1037) – Cota parte CIDE

(0001) - Recurso Livre

4490 51 – Obras e Instalações

14. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 A impugnação ao edital será feita na forma do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, observando-se as seguintes normas:

a) o pedido de impugnação ao edital poderá ser feito por qualquer cidadão, devendo ser protocolizado até 5 (cinco) dias úteis antes da data marcada para o recebimento dos envelopes.

b) os pedidos de impugnação ao edital serão dirigidos à Comissão de Licitação no Setor de Compras e Licitações durante o horário de expediente, devendo ser protocolado em original.

c) não serão recebidos como impugnação ao edital os requerimentos apresentados fora do prazo ou enviados por e-mail ou por qualquer outro meio além do previsto na alínea anterior.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/1993.

15.2 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

15.3 Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados, na forma do item 4.3 desse edital, e os membros da Comissão Julgadora.

15.3.1 Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da Lei nº 8.666/1993).

15.4 Uma vez encerrado o prazo para entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

15.5 A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

15.6 Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital: Anexo I-Minuta do Contrato; Anexo II- Objeto da Licitação; Outros Anexos: projeto básico; memorial descritivo; planilha de orçamento discriminado; cronograma físico-financeiro;

15.7 Informações serão prestadas aos interessados no horário de expediente na Prefeitura Municipal de São Paulo das Missões na Secretaria Municipal de Obras e Trânsito/Secretaria Geral de Gestão Pública e no Setor de Compras e Licitações, na Rua Independência, nº 536, ou pelo telefone nº(55) 3563-1122.

São Paulo das Missões, 17 de fevereiro de 2017.

Noeli Maria Borré Ruwer
Prefeita Municipal

ANEXO I
MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DAS MISSÕES, PODER EXECUTIVO**, com sede na Prefeitura Municipal de São Paulo das Missões, Rua Independência, 536, centro, São Paulo das Missões, RS, representado neste ato pela Sr^a **NOELI MARIA BORRÉ RUWER**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado, a Empresa..... inscrita no CNPJ nº, estabelecida a Rua....., nº....., denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem firmar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO** (nos permissivos termos da Lei Federal nº. 8666/93, e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 de 07 e agosto de 2014 e, em conformidade da Licitação modalidade Tomada de Preços nº. 002/2017), mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para a execução do projeto que visa o recapeamento asfáltico CBUQ em diversas ruas da cidade, no Município de São Paulo das Missões, RS, conforme Projetos anexos ao edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O preço para a licitação, acima descrito(s) e identificado(s), é de **R\$**(.....), aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a aquisição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECURSO FINANCEIRO.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

1.024 – Reforma e Ampliação, Pavimentação Asfáltica/CIDE

(1037) – Cota parte CIDE

(0001) - Recurso Livre

4490 51 – Obras e Instalações

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO.

O pagamento será efetuado de forma parcelada por trajeto, ocorrendo em 03(três) parcelas no prazo de 90 (noventa) dias após a conclusão da obra de cada trajeto, mediante apresentação da nota fiscal fatura acompanhada da planilha de medição, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal de Obras e Trânsito.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração com devida justificativa e, com a anuência da contratada, nos termos da Lei nº 8.666/1993, sendo o prazo de execução de cada trajeto será de 03 (três) meses a contar da ordem de início emitida pela Administração Municipal. A ordem de início das obras poderá ser efetuada a qualquer tempo, de acordo com cada trajeto, durante o prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A assinatura do contrato está condicionada à apresentação de uma das garantias previstas no art. 56, §1º, incisos I, II e III, da Lei nº 8.666/1993, que deverá ser de 5% (cinco por cento) do valor do contrato e a garantia apresentada será restituída após o recebimento definitivo da obra e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

No caso de a contratada optar pela opção de Fiança Bancária ou Seguro-Garantia e a Instituição Financeira ou Seguradora exigir o Contrato Administrativo, a Contratada deverá apresentar Declaração da Garantia, assinada pelo representante legal da empresa e, terá prazo de 15(quinze) dias úteis para apresentação da mesma, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e no presente edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

1. Dos Direitos

1.1. da CONTRATANTE: receber o objeto deste contrato nas condições avençadas;

1.2. da CONTRATADA: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convençionados;

2. Das obrigações da CONTRATADA:

2.1. Entregar o objeto adquirido na forma ajustada;

2.2. A empresa vencedora da licitação se obriga a executar os serviços rigorosamente de acordo com as Normas Brasileiras, especificações, projetos arquitetônicos, estruturais, instalações e detalhes, dando andamento aos serviços de modo a permitir que sejam cumpridos, rigorosa e integralmente, o cronograma e o prazo de entrega da obra, e apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica–ART, referente a execução da obra.

2.3. Caberá ao vencedor da Licitação, conservar o equipamento mecânico, ferramentas e demais instrumentos necessários às obras e serviços que lhe forem confiados, contratar mão-de-obra idônea e suficiente, obter e empregar materiais de primeira qualidade para conclusão das obras no prazo fixado.

2.4. Todas as modificações que alterem substancialmente o projeto arquitetônico, estrutural e instalações, somente serão admitidas com autorização prévia e expressa dos autores dos projetos.

2.5. A direção da obra caberá a profissional habilitado, na forma da legislação vigente sobre tributos, trabalho, previdência social, acidentes do trabalho e demais contribuições, já que, por cujos encargos, responde unilateralmente, em toda a sua plenitude. Todos os trabalhadores da obra deverão obrigatoriamente usar o equipamento individual de segurança, durante todo o tempo de permanência da obra, ficando a fiscalização a cargo da contratada.

2.6. A contratada ficará obrigada a observar todas as leis, regulamentos e posturas, referentes a obra e segurança pública.

2.7. A contratada manterá no canteiro um “Diário de Obra”, onde serão lançados diariamente todos os trabalhos desenvolvidos e fatos dignos de registro. O livro será rubricado diariamente na obra pelo profissional habilitado da empresa. Somente serão computados a favor da empresa os dias em que, por motivo de força maior, for necessária a suspensão dos trabalhos, se no “Diário de Obra” constarem em cada um desses dias, termos lavrados e assinados pelo fiscal e profissional da empresa.

2.8. A contratada deverá tomar providências para a retirada periódica dos entulhos, além da limpeza regular da obra.

2.9. Todos os materiais a serem utilizados deverão ser de primeira qualidade.

2.10. A empresa vencedora da licitação da execução da obra deverá, se cabível e exigível pela legislação vigente, providenciar junto a Prefeitura Municipal o licenciamento da obra, matricular a obra no INSS e registrá-la no órgão competente ao objeto, anexar o memorial descritivo e documentação necessária ao licenciamento.

2.11. A Secretaria Municipal de Obras e Trânsito fiscalizará a execução da obra, podendo sustar os pagamentos, no todo ou em parte, se os serviços estiverem em desacordo com as condições técnicas exigidas.

2.12. A vigilância do local da obra será de inteira responsabilidade da contratada.

2.13. Quaisquer danos decorrentes da execução dos serviços serão de inteira responsabilidade da contratada, que deverá providenciar o reparo imediato.

2.14. Serão impugnados pelo órgão técnico competente, todos os trabalhos que não estiverem de acordo com os projetos e respectivas especificações. Ficará a contratada, obrigada a demolir e refazer todos os trabalhos impugnados, logo após o reconhecimento da notificação correspondente, ficando por sua conta inclusive as despesas decorrentes dessas providências.

2.15. Qualquer divergência entre os projetos ou dúvidas que por ventura houver, será dirimida pelo responsável técnico da obra e contratante.

2.16. As disposições e dimensões de todos os elementos serão as indicadas no projeto, salvo alterações que venham a ser necessárias, para satisfazer as exigências dos poderes públicos.

2.17. A contratada ficará responsável pelas indenizações, reparos, reposições, reconstrução ou qualquer dano que venham a sofrer as propriedades vizinhas, veículos ou pessoas, motivadas pela execução da obra.

2.18. As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pela falta ou descumprimento das disposições legais que regem a execução das obras, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo, para tanto, serem previstas a obtenção de licenças diversas, registros, impostos e taxas, serviços auxiliares e ligações provisórias.

2.19. Fica expressamente vedada a subcontratação dos serviços licitados, sob pena de rescisão unilateral do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no artigo 77 a 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido de acordo com o artigo 77a 79 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo Único. A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, bem como na assunção do objeto do contrato pela CONTRATADA na forma que o mesmo determinar.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

Os atrasos injustificados ou a inexecução parcial ou total dos serviços sujeitará a CONTRATADA às seguintes sanções.

- deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar) ou deixar de apresentar documentação exigida para contratação: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

- inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

- inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

- causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

- quando houver atraso injustificado na entrega do material por culpa da contratada, a multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total contratado.

- quando não corrigir deficiência ou não trocar a mercadoria quando solicitados pelo Contratante, será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado.

- Identificados documentos ou informações falsas na instrução do procedimento licitatório, será aplicada a pena de declaração de inidoneidade pelo prazo de 02 (dois) anos.

- As multas serão calculadas sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Havendo necessidade e recurso orçamentário, o Município poderá aditar o contrato oriundo do procedimento licitatório Tomada de Preços nº 002/2017, obedecendo a Lei Federal nº. 8.666/93, e mantidas as condições da proposta inicial, **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)** para mais ou para menos, ao que está obrigado a aceitar o CONTRATO sob pena de ser considerado descumprimento contratual o não-atendimento ao aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Campina das Missões, RS, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato Administrativo em três vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Município de SÃO PAULO DAS MISSÕES, RS, aos de2017.

Testemunhas:

Noeli Maria Borré Ruwer
Prefeita Municipal

Empresa Contratada

ANEXO II - OBJETO DA LICITAÇÃO E VALOR MÁXIMO ADMITIDO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (m²)	VALOR MÁXIMO
01	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre Asfalto na Avenida do Comércio, trecho da Rua Independência até 3,00 m antes da Rua São José	5.771,68	R\$ 199.148,16
02	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre Asfalto na Avenida do Comércio, trecho passando 7,00 m da Rua Barão do Rio Branco, subindo 242,50 metros para o Sul.	3.677,00	R\$ 148.657,55
03	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre Asfalto na Rua São Francisco, trecho da Rua São Lourenço até a Rua 06 de Maio.	4.117,03	R\$ 141.763,64
04	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre Asfalto na Rua Gustavo Langsh, trecho da Rua São Lourenço até a Rua Independência.	607,72	R\$ 20.514,41
05	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre Asfalto na Rua do Rosário, trecho da Rua São Lourenço até a Rua Independência.	701,27	R\$ 23.634,63
06	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre Asfalto na Rua Independência, trecho da Avenida do Comércio até pouco antes da Rua do Rosário.	861,86	R\$ 29.403,78
07	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre asfalto na Rua São Lourenço, trecho da Avenida do Comércio e Rua do Rosário.	1.212,00	R\$ 37.053,68
08	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre asfalto na Rua São Lourenço, trecho da Rua do Rosário e Rua São Francisco.	3.150,00	R\$ 95.352,71
09	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre asfalto na Rua São Lourenço, trecho da Rua São Francisco e Avenida Santo Ernesto.	1.836,00	R\$ 103.279,00
10	Recapeamento Asfáltico CBUQ sobre asfalto na Rua São Lourenço	140,00	R\$ 5.271,59
VALOR GLOBAL			R\$ 804.079,15